

# A educação

GOVERNO, ANTROPÓLOGOS, EDUCADORES E REPRESENTANTES INDÍGENAS DISCUTEM FORMAS DE EDUCAR OS ÍNDIOS SEM REPETIR OS ERROS DA CATEQUESE, QUE IMPÔS A LÍNGUA PORTUGUESA, A RELIGIÃO CATÓLICA E COSTUMES QUE QUASE DIZIMARAM AS NAÇÕES INDÍGENAS

Por Afonso Capelas Jr.

No início de 2000, o Instituto Socioambiental – organização não governamental que defende os direitos indígenas no Brasil – encomendou ao Ibope uma pesquisa nacional para saber o que os brasileiros pensavam dos índios. De 2 mil entrevistados, 75% disseram que os índios precisavam de proteção e ensino; 92% afirmaram que eles tinham o direito de continuar vivendo conforme seus costumes e 93% avaliaram que deviam receber uma educação que respeitasse seus valores. Os resultados da pesquisa refletem a preocupação atual de uma ampla discussão entre antropólogos, governo, ONGs e educadores: como ensinar ao índio a língua e a cultura dos brancos sem privá-lo ou corromper seu modo próprio de viver.

Na esteira do debate, no início de setembro, representantes da Comissão Nacional de Professores Indígenas redigiram uma carta aberta onde sugerem 13 prioridades para colocar a educação indígena no rumo desejado (veja no quadro na pág. 12). A comunidade indígena quer sepultar os resquícios da catequese, o modelo de escola fundada há cinco séculos pelos jesuítas e que serviu de instrumento de dominação colonial, convertendo à força os nativos à civilização cristã e impondo o ensino da língua portuguesa.

Hoje o próprio índio quer aprender a língua e a cultura do branco, mas desta vez não só para se defender da “esperteza” do homem civilizado, mas também para tomar contato com um mundo do qual ele é parte. “Os índios querem se relacionar com a sociedade brasileira em novas bases. Mas foi preciso esperar as mudanças na Constituição, em 1988, que os reconheceu como brasileiros plenos, com direitos específicos, entre os quais, o direito à própria língua e cultura”, esclarece a antropóloga Lux Vidal, representante do Grupo de Educação Indígena do Departamento de Antropologia Social da USP (Mari). Apesar dos avanços, Vidal registra que é exatamente a educação uma das reivindicações mais sólidas do movimento indígena organizado no Brasil.

## Diálogo de iguais

A razão parece clara, como relata Francisca Novantino de Ângelo, professora do povo Paresí, de Mato Grosso – ao qual ela pertence – e membro do Conselho Nacional de Educação: “O índio tem necessidade de aprender a língua portuguesa, assim como os brasileiros que vivem fora do país precisam aprender a língua inglesa, bem como aspectos culturais, para te-



# do outro





rem uma convivência harmoniosa, de solidariedade, longe do seu país de origem”, compara. Francisca ensina que os povos indígenas precisam entender os códigos da sociedade ocidental para viver em harmonia, para estabelecer o que ela chama de interculturalidade, ou seja, “promover um diálogo em pé de igualdade com a sociedade envolvente, para acabar com a relação colonizador-colonizado”, conforme diz a professora.

Como fazer uma escola nesses moldes – seja ela chamada escola diferenciada, bilingüe ou etno-escola – é justamente o que preocupa e mobiliza, hoje, toda a comunidade envolvida com o assunto. Wilmar D’Angelis, especialista em línguas indígenas e professor do Laboratório de Fonética e Psicolinguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Unicamp, acredita que pode haver ensino escolar para crianças indígenas sem prejuízos a sua cultura.

### Ensinar e aprender com as diferenças

O pesquisador admite que na última década houve conquistas, como a criação de programas de capacitação de professores indígenas, mas “ainda se observam certas práticas colonialistas, como a extensão da escola para comunidades que não as pediram, nem sente falta dela. Outro ponto fraco é uma preparação de professores que se ressentem de algum pater-

nalismo e não os qualifica para a formulação de novos currículos”. O professor da Unicamp acredita que tais falhas se devem à inexistência de pessoas em número adequado preparadas para discutir currículo de educação escolar indígena.

Um exemplo típico do problema ocorre na escola José Pires Ukulu, instalada na aldeia Bakairi, no município matogrossense de Paranatinga. Lá, o ensino foi reformulado há cinco anos mas ainda tem o currículo baseado no chamado Ensino Fundamental, de 5ª a 8ª séries, dos não índios. “A única disciplina diferente é a de língua materna. Para o ano que vem estamos pensando em incluir também aulas de educação artística para as crianças”, informa Aguinaldo Bakairi, um dos dez professores da escola.

Para João Wanderley Geraldi, também professor do IEL da Unicamp, isso não é bom, porque nosso modelo de instituição escolar é resultado

## A COMUNIDADE INDÍGENA NO BRASIL

**Quantos são** – Mais de 700 mil pessoas distribuídas em mais de 220 etnias diferentes.

**Onde estão** – Apenas Rio Grande do Sul, Piauí e Distrito Federal não registram a presença de sociedades indígenas.

**Áreas** – 582

**Línguas faladas no país** – 170

**Alunos matriculados em escolas indígenas** – São 93037 alunos, de acordo com o último Censo da Educação Indígena realizado em 1999 pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC). Destes, quase 75 mil estudantes índios estão concentrados no ensino fundamental.

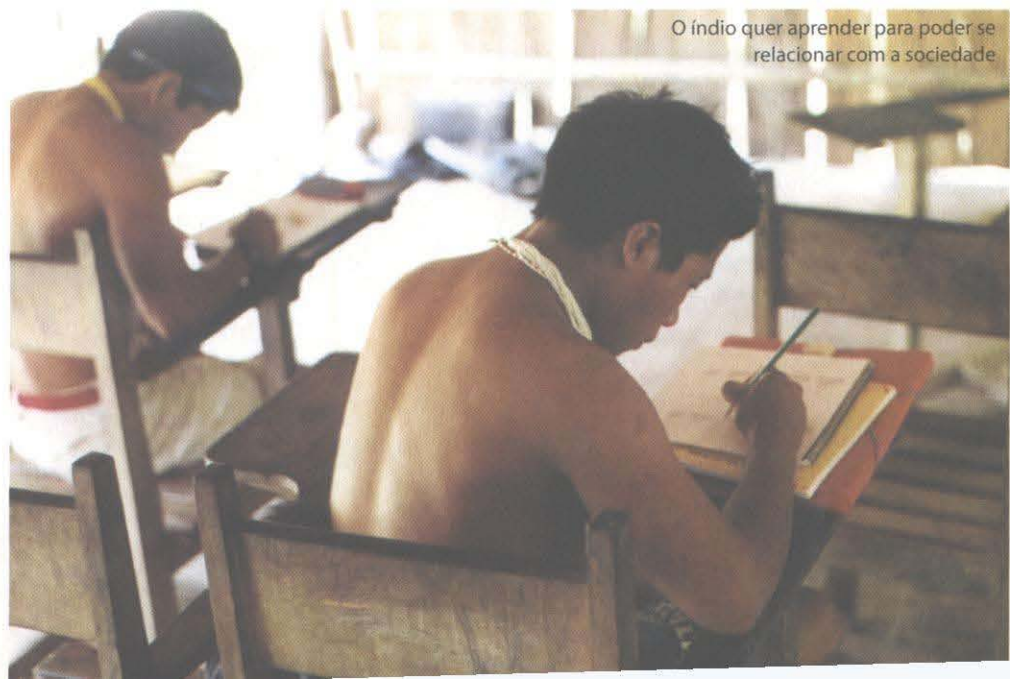
**Número de escolas e de professores** – 1392 escolas distribuídas em todo o país, onde lecionam 3998 professores. Destes, 76,5% são de origem indígena.

FONTE: CENSO 2000 DO IBGE/INST. SOCIOAMBIENTAL/INEP/MEC

da tradição greco-latina europeizada, absolutamente distante da cultura de cada povo indígena. “Essa diferença deveria ser respeitada para não impor aos índios a nossa forma de estar no mundo. A educação das crianças e jovens nas aldeias obedece a rituais distintos e é executada comunitariamente sem a presença de profissionais de ensino. Já a herança cultural do branco é

produto de uma seleção onde prevalece o conhecimento científico e a história que se conta é a dos vencedores”, critica Geraldi, que completa: “O ideal seria aprendermos, ambos, com as diferenças. Nesse sentido, o princípio mais radical que poderia orientar a educação indígena seria o respeito à alteridade”.

Verificou-se, entretanto, avanços na escola Bakairi, com



O índio quer aprender para poder se relacionar com a sociedade

Maria Elisa Leberer/CTI





Rubens Maruck

## “TUDO PARA NÓS É UMA ESCOLA”

“(...) No decorrer destes anos, desde 1991, quando nos mudamos para este lugar, nos dedicamos com entusiasmo a estudar o mundo do branco, com a orientação de um professor da minha aldeia mesmo, que fala a língua do nosso povo, facilitando assim o aprendizado. (...) Nós não precisamos sair para estudar na cidade. (...) Agora, os que já estão bem mais adiantados na leitura e na escrita da língua do cupê (o homem branco) vão para o nosso Centro de Ensino e Pesquisa Timbira “Pinxwyj Himpêjxà” na cidade de Carolina e estudam 1 mês e voltam para a aldeia e depois de um tempo vão de novo e estudam mais 1 mês e voltam. É assim que estamos fazendo. E, no “Pinxwyj Himpêjxà”, estão se juntando 50 alunos de todos os povos, Krahô, Apinajé, Kricati, Apã-

niekra-Canela, Ramkokamekra-Canela, Pykobjê-Gavião, que formam a nação Timbira, para estudar juntos e conhecer a realidade de como andam os nossos parentes que moram nas aldeias mais distantes.

“(...) Nós fazemos muitas festas do nosso ritual, e quando tem festa não tem aula, quando é época de roça também não tem aula, porque todos vão brocar as roças juntos e as crianças e os jovens também vão. E tudo para nós é uma escola. Quando nós paramos de trabalhar na roça a escola continua, eu posso trabalhar na escola até 20 dias sem parar, não tem sábado, nem domingo, porque meu antepassado não tinha esse negócio de feriado. (...) Elas [as crianças] estão aprendendo um pouco de leitura do bran-

co, mas elas sabem cantar nossos cantos, sabem correr com tora, sabem como começa uma festa do ritual e todas as coisas que a gente faz aqui na aldeia, sabem tecer esteira e mocó e cofo de palha e fazer uma caçada e sabem pescar (...).

“(...) Nós, da Comissão de Professores Timbira, educamos as crianças da seguinte maneira: as crianças aprendem a ler e a escrever na língua do cupê mas com o sentido que não percam a sua cultura e tradição. As crianças depois que aprendem não querem ir para a cidade pegar o movimento dos brancos, de repente este é o seu pensamento porque ele está sem o rumo certo de se controlar na sua própria comunidade. Quase perdendo o modo de seus antepassados.

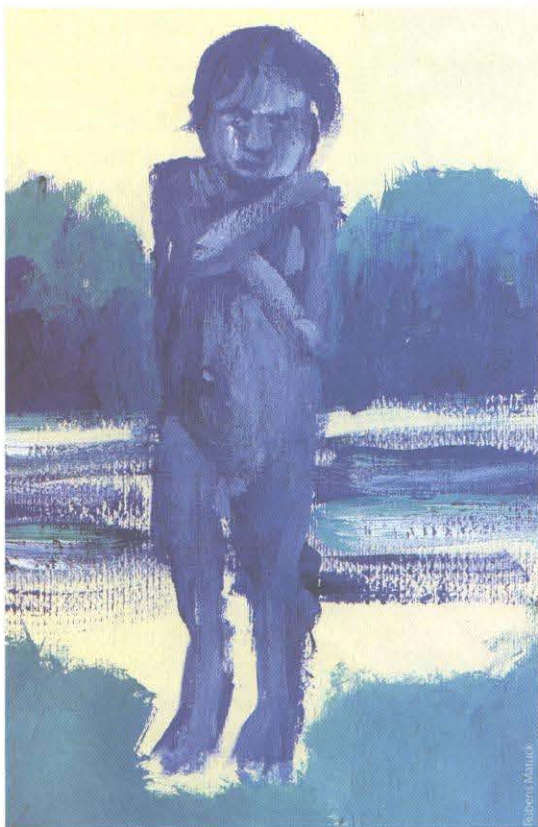
“(...) Por isso nós educamos as crianças de um jeito que elas sabem como é o modo dos brancos na cidade e no sertão, e sabem acompanhar o modo de fazer as nossas tradições dentro da comunidade: saber cantar, correr com tora, fazer suas caçadas de grupo e as meninas também sabem acompanhar as mulheres mais velhas sobre as pinturas e como fazer cofo de palha (...).

“Aqui nós somos dois professores Krahô mesmo e somos casados e eu me sinto muito feliz de trabalhar com a comunidade. Não é só dar aula não, a gente conversa com os mais velhos, conta como o branco vive na cidade, como passa necessidade. Aqui na nossa aldeia a gente quer alguma ajuda da cidade, mas não para o branco chegar e falar para eu fazer isso ou aquilo. Ajuda assim para mandar nós não queremos (...).

“Nós estivemos visitando outras escolas indígenas e nós achamos um pouco diferente da nossa aldeia, porque em muitas as crianças estudam com seus próprios professores da aldeia e depois passa para o professor branco. Depois que o professor branco passa a mão nos alunos ainda manda estudar na cidade para terminar seu estudo na mão do branco. Aí ele se forma na cidade. Quando volta para a sua comunidade, já começa mostrar para os outros companheiros aquele jeito do branco: só quer jogar bola e outras coisas que viu na cidade. Ele não vai saber explicar bem para os alunos e filhos os seus próprios costumes (...).”

CREUZA PRUMKWJ, 31 ANOS, DE ALDEIA NOVA, PROFESSORA E MEMBRO DA COMISSÃO DE PROFESSORES DE TIMBIRA DA ASSOCIAÇÃO VITY-CATI, QUE É ASSESSORADA PELO CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA (CTI).





## O QUE QUEREM OS PROFESSORES INDÍGENAS

(Carta aberta enviada aos candidatos à presidência da República)

- Uma Secretaria Nacional de Educação Escolar Indígena no MEC para articular a educação infantil, o ensino fundamental, médio e superior e possibilitar maior coordenação dos programas de atendimento às escolas indígenas;
- Estruturar e fortalecer em todas as secretarias estaduais de educação setores responsáveis pela execução da educação escolar indígena, com orçamento próprio e recursos humanos qualificados;
- Recursos específicos no orçamento da União para a educação escolar indígena;
- Participação de representantes das comunidades indígenas em todas as instâncias de deliberação e execução das políticas públicas de educação escolar indígena;
- Reforçar a atuação do Ministério Público Federal na fiscalização e cumprimento dos direitos indígenas a uma educação diferenciada e de qualidade;
- Autonomia pedagógica e financeira das escolas indígenas;
- Programas de formação inicial e continuada de professores indígenas em nível médio e superior, e programas de valorização das línguas indígenas;
- Programas nacionais específicos para as escolas indígenas (livros e materiais didáticos, bibliotecas, videotecas, laboratórios, computadores);
- Editar livros didáticos de autoria indígena em português e nas línguas maternas;
- Programas de alimentação escolar definidos pelas comunidades indígenas;
- Escolas nas terras indígenas;
- Promover ampla e correta informação à população brasileira sobre as sociedades e culturas indígenas para valorizar a riqueza sócio-cultural de nosso país e combater o desconhecimento, a intolerância e o preconceito em relação às populações indígenas;
- Criar programas de valorização das línguas indígenas.

a adaptação do calendário letivo do MEC ao modo de vida da comunidade. “Existe um respeito pela rotina da aldeia, suas festas e rituais cotidianos. Em épocas de festas, por exemplo, interrompemos as aulas para os alunos participarem e valorizar o que é nosso”, conta o professor Aguilinaldo Bakairi. E, a exemplo do que já acontece em várias outras comunidades, a maior parte do material didático é preparado pelos próprios professores indígenas.

### Tempo de estudar

Experiência semelhante foi colocada em prática a partir de 1993 nas aldeias do povo Timbira, no sul do Maranhão e norte do Estado do Tocantins. Nessas aldeias, a



Para os educadores, os próprios índios devem decidir os caminhos de sua educação



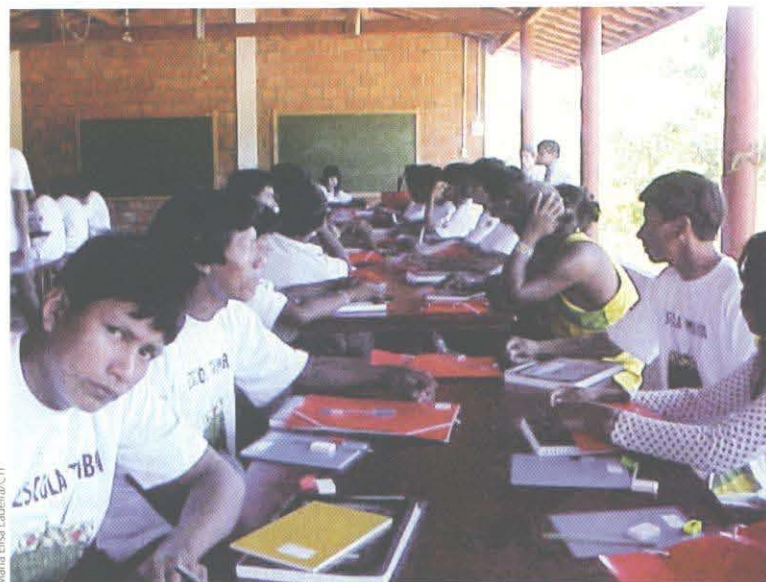
professora doutora Maria Elisa Ladeira, da Coordenadoria de Educação do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), realiza um trabalho para cumprir o número de dias letivos estipulado pelo MEC respeitando a rotina dos índios. Assim como na aldeia Bakairi, a comunidade dos Timbiras também tem uma escola feita de acordo com o dia-a-dia de cada uma das aldeias, sem sábados, domingos, feriados ou férias. “O controle das aulas é feito por meio de um diário em que o professor anota todas as ocorrências até que se cumpra a carga horária obrigatória”, esclarece Maria Elisa.

As aulas devem ser apenas uma das inúmeras atividades de uma aldeia, como o trabalho na roça, as festividades e rituais. Muitas vezes, esse sistema de controle se choca com a orientação dos órgãos governamentais. “Eles querem ter o controle da situação e exigem que se estipule com antecedência quando é o tempo de ir para a roça, ou em que datas serão realizados os rituais, o que é impossível de prever”, diz Maria Elisa.

A coordenadora substituta de Educação Indígena da Secretaria de Educação Fundamental do MEC, Ana Marques, afirma que o sistema de educação indígena vem sendo aperfeiçoado, mas a mudança é gradual e os resultados são de longo prazo. “O MEC tem oferecido suporte para os estados elaborarem seus próprios currículos. Assim, as escolas indígenas terão

condições de avançar na construção de currículo e calendário específicos, diferenciado e autônomo”, comenta. Ana Marques informa que o Ministério está executando em 23 estados o Programa de Parâmetros em Ação de Educação Indígena, cuja meta é fortalecer o papel das secretarias na formação de professores indígenas, contribuir para o debate e a reflexão sobre o papel da escola e do professor e criar espaços de aprendizagem coletiva, incentivando encontros para estudos e troca de experiências nas escolas.

Uma das principais reivindicações da Comissão Nacional de Professores Indígenas é a criação de uma Secretaria Nacional de Educação Escolar com poder de articulação e coordenação entre todos os níveis de ensino, da educação infantil à superior. Como a maioria das questões, também há divergências quanto à nova secretaria. “Em primeiro lugar é preciso di-



Maria Elisa Ladeira/CTI

Alunos de uma aldeia Timbira: escola modelo

zer que a tal comissão tem legitimidade duvidosa, a começar porque é dirigida por não índios”, contesta Wilmar D’Angeli, para quem tanto faz ter no ministério uma Coordenação Nacional de Apoio às Escolas Indígenas – como já existe – ou uma Secretaria Nacional de Educação Escolar Indígena. “Só muda o nome”, conclui.

Já o professor João Wan-

derley Geraldi aprova o pedido. “Aqueles que sofrem – e os povos indígenas e africanos estão entre os mais sacrificados nos últimos 500 anos – constróem instrumentos de luta. Mas, mais do que uma secretaria, eles necessitam de uma nova política de nossas relações com eles, baseada em outros princípios que não o genocídio ou a integração, aculturação e catequese”.

## ALGUNS AVANÇOS, MUITO POR FAZER

Desde que os padres jesuítas chegaram ao Brasil, a sina dos índios tem sido ver seus rituais e costumes completamente aniquilados. À época do Brasil Colônia, a catequização tinha a clara intenção de capacitá-los apenas para servir aos intrusos como mão-de-obra fácil e barata. Somente 400 anos mais tarde – por influência do Positivismo que afluía na Europa – o governo brasileiro passou a preocupar-se com a cultura dos nativos criando o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910. Em 1967 a Fundação Nacional do Índio (Funai) substituiu o SPI e o ensino bilingüe passa a fazer parte das escolas indígenas. Durante a década de 70, com as atenções voltadas para a regularização de terras e a saúde nas aldeias, a escola funciona como ponto vital para a sobrevivência dos índios. A Funai cuidou de sua educação até 1991, quando o Governo Collor entregou a prerrogativa ao Ministério da Educação, logo depois que a Constituição brasileira garantiu o direito do índios a uma educação respeitosa de suas línguas e culturas. Há um consenso entre os especialistas no assunto de que a educação indígena apresentou avanços importantes desde o início da década de 90, mas que há muito ainda por fazer. Todos também concordam em outro ponto: ninguém melhor que os próprios índios – por meio de suas associações e comissões de professores – para decidir os caminhos de sua gente.